



Of. nº 10/252-SEMAD/DGD/VS

Novo Hamburgo, 06 de fevereiro de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
EMERSON FERNANDO LOURENÇO
Presidente da Câmara de Vereadores
Câmara de Vereadores
Novo Hamburgo

Assunto: Solicita prosseguimento na tramitação de Projetos de Lei

Senhor Presidente da Câmara de Vereadores,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos, pelo presente, solicitar o que segue.

Em 13/12/2022, por decisão judicial (Processo nº 5034160-78.2022.8.21.0019), foi determinada a suspensão da tramitação dos projetos de lei que digam respeito a “Reforma Previdenciária”, enquanto não fosse realizada audiência pública.

Em 05/01/2023 o Poder Executivo realizou audiência pública para a discussão da Reforma da Previdência do Município, conforme ata que segue em anexo.

Dessa forma, requer-se o prosseguimento dos projetos, considerando o cumprimento da determinação judicial.

Atenciosamente,

FÁTIMA DAUDT
Prefeita

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
PROTOCOLO
DOC Nº 43/2023 16:33

07 FEB 2023

J. CARLOS



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVIDÊNCIA

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário Luiz Osvaldo Bender, sito à Rua Almirante Barroso, nº 261, bairro Centro, neste Município, ocorreu a Audiência Pública, a convite da Secretaria Municipal da Fazenda de Novo Hamburgo, com o objetivo de debater a proposta de reforma previdenciária no âmbito do Regime Próprio de Previdência do Município de Novo Hamburgo, com a apresentação das seguintes proposições: **Mensagem Retificativa com efeito Substitutivo ao PLC nº 11/2022, PLC nº 13/2022, Mensagem Retificativa com efeito Substitutivo ao PLC nº 14/2022, Mensagem Retificativa com efeito Substitutivo ao PELON nº 01/2022.** A Procuradora-Geral Ilma. Sra. Fernanda Vaz Luft, na qualidade de Presidente da mesa e responsável pela condução dos trabalhos, deu início à Audiência Pública, às 18h45min, dando as boas-vindas às autoridades e demais presentes, em especial ao Imo. Sr. Gilberto dos Reis – Secretário Municipal da Fazenda; Sra. Maria Cristina Schmitt – Diretora Presidente do IPASEM; ambos convidados para compor a mesa (*vaías*); Ilmos. Srs. Vereadores Raizer Ferreira, Enio Brizola, Felipe Kuhn Braun, Fernando Lourenço, Ricardo Ritter, Semilda Tita, Inspetor Luz, Gustavo Finck, Cristiano Coller, Ito Hening, Andiará. Na tribuna de honra desta casa, a Sra. Luciana Andréia Martins – Presidente do Sindicato dos Professores Municipais de Novo Hamburgo, Sr. Vilson dos Santos de Moura – Presidente do Grêmio Sindicato dos Funcionários Municipais de Novo Hamburgo, Sr. Diogo Leuck – Presidente da ACI – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha e Sr. Leandro Villela Cezimbra – Diretor; Sr. Sérgio Pedro Werlang – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, representando a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência; Sra. Michele Dall’Agnol – Atuária responsável pelo Relatório da Avaliação Atuarial do IPASEM; Sr. Antônio Mário Rattes de Oliveira – Atuário contratado pelo Município de Novo Hamburgo; Sr. Wesley Mendes de Oliveira – Consultor contratado pelo Município de Novo Hamburgo; servidores municipais e à comunidade presente. Preliminarmente a Sra. Fernanda fez explanação resumida do Edital nº 89/2022. Referiu que o aviso e minutas dos Projetos de Lei estavam disponíveis no sítio do Município de Novo Hamburgo (<https://novohamburgo.rs.gov.br/>), no átrio municipal e na Câmara de Vereadores, bem como os projetos de lei, estes também no sistema - SAPL da Câmara de Vereadores. Explicou a forma de participação na audiência pública, mediante manifestação escrita ou verbal. Disse que aos vereadores será concedido direito a fala após cada apresentação e que finalizadas as apresentações dos convidados, cada um com quinze minutos, será aberto espaço para manifestação/questionamento das pessoas da plateia, onde será concedido um tempo de três minutos para cada um. A presidente informou ainda que as manifestações por escrito poderão ocorrer durante todo o período da audiência, em formulário próprio, entregue no início deste ato e que serão proibidas condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou prejudicar o objetivo dessa audiência, informou ainda que a audiência pública tem previsão de duração de quatro horas. Dito isso, agradece a



presença de todos e neste momento deu início a abertura dos trabalhos. Na sequência, passou a palavra ao **1º Palestrante, Sr. Sérgio Pedro Werlang** – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, representando a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência, o qual, na sua saudação pessoal, refere saudação especial às professoras presentes, que se manifestaram de forma efusiva, bem como os demais servidores da saúde, da assistência social, servidores do município e demais presentes. O palestrante passou a discorrer sobre os dados, em números, relativos ao Regime Próprio de Previdência Social de Novo Hamburgo. Saliou tratar-se de informações fidedignas e atuais. Quando se discute previdência e a ideia de se fazer uma reforma, esclarecendo a necessidade de se ter o conhecimento dos números envolvidos. Trouxe os números da avaliação atuarial, que foi corrigida e homologada pela Secretaria de Previdência, que proveio dos dados do censo do ano passado, esclarecendo que os números não são números inventados, mas tratam-se de números reais. (vaidas da plateia). Informou que os dados estão dentro do estudo atuarial. Esclarece que a falta de dados atualizados poderiam desvirtuar o resultado da avaliação, mas como os dados são atuais os números têm consistência. Passa-se à apresentação dos dados: Servidores ativos: 2.753,00; Divididos em quadro geral (581 mulheres e 651 homens) Magistério (1.379 mulheres e 142 homens). Da primeira análise, explica que essa separação entre servidores ativos, quadro geral, magistério, femininos e masculino ocorre porque as regras de concessão do benefício de aposentadoria são diferentes. Muitas vaidas na plateia. O palestrante prossegue dizendo que saber exatamente a dimensão dos números facilita a análise e a tomada de decisão em relação a previdência social. Outros dados trazidos: Aposentados: 2.002, demonstrando que já é um quadro extremamente elevado de aposentados, quando percebemos que temos 2700 ativos e temos 2000 aposentados, pois tem-se um número muito alto de inativos, (vaidas) tendo pouco servidores ativos para continuar contribuindo para o sistema, sendo que desse número de aposentado, 1.598 são mulheres e 404 são homens, trazendo novamente essa separação, pois, via de regra, as mulheres vivem mais que os homens (vaidas). Esclarece que essa dimensão é necessária para análise dos números e do custo previdenciário. Outro dados: Pensionistas: 192; total de segurados: 4.947 (sendo 3.677 mulheres e 1.270 homens) (vaidas) havendo uma supremacia feminina no quadro de segurados do Instituto de Previdência. O palestrante apresentou a remuneração média, quanto que ganha em média um servido do Município Novo Hamburgo: Quadro geral - Mulheres R\$ 5.568,00 em média; Homens R\$ 5.898,00 em média; Professoras Mulheres R\$ 4.427,00; Professores R\$ 3.986,00, o que resulta em um salário médio de R\$ 4.400 para as professoras, então na comparação tem-se que ter em mente que, no quadro geral, a carga horário é de 8 horas, e professores é 4 horas, então não se pode dizer que o professores ganham menos que o quadro geral (vaidas). Mais dados apresentados: Aposentados - Mulheres R\$ 6.245,00; Homens R\$ 5.154,00; Pensões em torno de R\$ 2.000,00. O palestrante salienta que outro dado interessante quando se faz uma análise e se propõe uma reforma é fazer um estudo de impacto, explicando



que é preciso saber a idade dos servidores. A idade média dos servidores do quadro geral de Novo Hamburgo: Mulheres 45 anos - Homens 48 anos. A importância desses números é porque é preciso saber quanto tempo ainda em média os servidores vão contribuir, quanto tempo se tem para formar reserva matemática para o pagamento dos benefícios. Informa que no Magistério, a média é de 41/42 anos, considerando que no magistério a idade para aposentaria é menor, (vaias) isso também tem um impacto diferente na hora de calcular, pois se a idade média é menor o período é menor até a data da aposentadoria. Aposentados - Homens 67 anos; Mulheres 62 anos. O palestrante explica que, se for verificada a expectativa de sobrevida das pessoas, se tem uma ideia de qual o tempo esses aposentados vão receber o benefício, sendo que a análise desses dados é extremamente importante no momento em que se passa a analisar receitas e despesas da previdência. O palestrante informou que a idade média de ingresso é outro componente na dimensão do benefício da previdência social, pois representa o tempo de serviço público, então é importante saber qual é a idade média que as pessoas ingressaram no serviço público. Informou que homens, mulheres, quadro geral e magistério, ingressaram em média aos 30 anos de idade. (vaias/gritos). Outro dado trazido foi o tempo que os servidores estão trabalhando em Novo Hamburgo, a idade média de serviço público: Quadro geral - Homens 17 anos e Mulheres 14/15 anos; Magistério Homens 10 anos e Mulheres 11 anos. A idade média prevista para a aposentaria em Novo Hamburgo. Quadro geral: Homens 63 anos e Mulheres 59 anos; Magistério - Homens 59 anos e Mulheres 55 anos. Foram apresentados mais dados: Quanto tempo falta em média para o servidor de Novo Hamburgo se aposentar: Quadro geral - Homens 15 anos e Mulheres 14 anos; Magistério - Homens 17 anos e Mulheres 12 anos. Nesse momento foram apresentados os Recursos financeiros, explicando que, em 31 de dezembro de 2021, o instituto tinha 256 milhões aplicados, o que corresponde a um valor, para cada servidor em média de 50 mil reais para pagar previdência. Considerando os dados tem-se de recurso para garantir a aposentadoria: 51 milhões em dinheiro, e mais 92 milhões em termos de parcelamento, que corresponde ao valor de 144 milhões para cada servidor do município que o instituto tem. Esclarece que tem que analisar esses dados conforme o custo previdenciário que cada um dos servidores representa para o município, sendo que no caso de Novo Hamburgo tem-se como custo previdenciário, o que precisa para pagar as pessoas que já estão aposentados, cerca de 1 bilhão e 959 milhões, esse é o custo que os aposentados representam para o município, quase 2 bilhões de reais. Esse é o valor que o Município de Novo Hamburgo precisa para pagar os aposentados. Numa análise geral, cada servidor representa quase 900 mil reais para o município de Novo Hamburgo, quer dizer que o município precisa ter em valores de hoje 900 mil reais para pagar os benefícios previdenciários futuros dos servidores. O palestrante esclareceu que em relação aos já aposentados não podemos mexer, mas precisamos saber o custo dos servidores ativos e eles representam, em termos previdenciários, cerca de 585 mil por pessoa. Nesse momento muitos gritos da plateia "auditoria já!!!". O palestrante explica que é preciso encontrar soluções, porque daqui a



alguns anos o município não terá dinheiro para pagar as contas. Esclarece que não está ali para defender ninguém, e sim para defender a vida previdenciária dos servidores, para defender o patrimônio previdenciário dos servidores de Novo Hamburgo. Questionado sobre o repasse dos valores descontado da folha dos funcionários, respondeu que não parece que houve falta de repasse da contribuição do servidor para o instituto de previdência. O que aconteceu em alguns momentos foi a falta de repasse da contribuição patronal que foi equacionada através de termos de parcelamento. Tudo que foi descontado do servidor foi repassado o que não foi repassada foi a contribuição patronal que depois foi parcelada e vem sendo paga parcialmente. Público grita: Auditoria já! Auditoria já! Nesse momento o palestrante esclarece que o Tribunal de Contas faz auditoria no Instituto de Previdência no município e a Secretaria de Previdência também faz auditoria, sendo que não acredita que tenha havido algum desvio de recurso, mas o passivo é resultado de alíquotas e contribuições insuficientes ao longo do tempo e como não se consegue mudar o passado, tem-se que trabalhar pra mudar o futuro. Informa não saber o que aconteceu no passado, mas precisa encontrar soluções para equalizar a questão previdenciária, porque senão daqui a dois, três anos o instituto não vai ter dinheiro pra pagar as aposentadorias, vai inviabilizar o município, vai travar o município. Mais gritos da plateia: "Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já!" além de muitos xingamentos e gritos. Nesse momento o palestrante se despede e agradece, informando que não ganhou nada para vir até Novo Hamburgo, reiterando que veio apenas tentar trazer o conhecimento para todos. Questionados se os Vereadores gostariam de fazer questionamentos, o Vereador Brizola pergunta se o palestrante está representando a Secretaria Nacional de Previdência ou está prestando uma consultoria, sendo respondido que estava representando a secretaria de previdência, atendendo um convite que foi formulado pelo Município de Novo Hamburgo para secretaria participar dessa audiência pública. Mais uma vez o vereador Brizola questiona se o palestrante é ligado ao Ministério de Previdência, sendo respondido que sim. O vereador Brizola questiona se o palestrante teve acesso ao cálculo pelo Mário, sendo respondido que não, que teve acesso ao cálculo que está lá no sistema de previdência. É o calculo feito por uma empresa aqui do Rio Grande do Sul. Vereador Brizola questiona se o palestrante considera suficiente, diante de um quadro considerado complexo, que um simples calculo pode determinar o futuro do instituto de previdência de Novo Hamburgo, em um momento que o ministro Carlos Lupe da qual seu ministério é vinculado anuncia uma revisão da reforma da previdência, questiona se não seria uma postura inadequada do palestrante vir se posicionar referente a situação. O vereador ainda informa que existe uma comissão que vem discutindo e debatendo e um dos apontamentos feitos pela comissão é de fato uma auditoria do instituto, afirmando que o palestrante não tem autoridade representando o Ministério para vir desconstruir um estudo apontando que auditoria não é o caminho, diz que um representante da Secretaria Nacional da Fazenda não tem legitimidade e que não gostou que ele disse que o caminho não é a realização de uma auditoria e que não aceita que o palestrante



tenha vindo e que vai notificar o ministro Carlos Lupe. Nesse momento mais gritos do público. O palestrante responde dizendo que fica feliz em saber que o nobre vereador está preocupado na solução do problema. Em relação ao desgosto com a vinda dele, diz que sente muito, pois se atendeu a um convite do município para que vir aqui apresentar os números, defender as aposentadorias para todos e que se eles não querem entender, paciência. Passada a palavra para o Vereador Luz este fala que o palestrante repetiu várias vezes que o contexto é um só e é muito comum colocar no contexto o funcionalismo público contra a sociedade. O vereador refere que a dívida de dois bilhões e quatrocentos milhões não é dos funcionários e questiona quem pode explicar onde foi o dinheiro descontado no contracheque dos funcionários e também qual a empresa gaúcha dos cálculos de Novo Hamburgo. O palestrante responde que a contribuição descontada da folha de pagamento dos servidores, foi sempre canalizada para o Instituto de Previdência e que não parece que há falta de contribuição do servidor, não há falta do repasse da contribuição do servidor para o Instituto da Previdência, explica que o que aconteceu, em alguns momentos, foi a falta de repasse da contribuição patronal. Nesse momento muitos gritos do público. O palestrante pede calma e diz que tem que se entender a coisa num contexto maior, o que aconteceu em alguns momentos foi falta de repasse que foram equacionados através de termos de parcelamento. Mais gritos do público. O palestrante explica que existem termos de parcelamentos que estão nos primeiros slides e que apontam quatrocentos e poucos milhões. O Vereador Luz questiona se foi descontado do funcionário e não repassado o valor, sendo que o palestrante esclareceu que não, que o que foi descontado do segurado foi o repassado, o que foi descontado do segurado sempre foi repassado. Nesse momento muitos gritos do público, mas o palestrante reafirma que tudo o que foi descontado, sempre foi repassado. Mais gritos do público. O palestrante diz que antes descontava 11% e que agora descontam 14%, mas aquilo que foi descontado do servidor foi repassado, não houve falta, a alíquota patronal é que houve parcelamento. Mesmo com muitos gritos o palestrante afirma que o que foi descontado do servidor foi repassado e que não houve a transmissão patronal que depois foi parcelada e vem sendo pago o parcelamento. Mais gritos da plateia. Vereador Luz questiona novamente o nome da empresa e o palestrante responde que é Athena atuarial, que ela quem fez a avaliação oficial do Instituto e que consta no sistema da Previdência, que é uma empresa de Porto Alegre. Mais gritos do público. Alguém da plateia questiona que sempre atrasam seis meses e o palestrante responde que depois colocam em dia. Mais gritos da plateia. A Presidente da Mesa pede calma ao público presente e diz que os presentes podem encaminhar perguntas escritas e que terá espaço, após os debates para manifestação e pediu calma para que os convidados pudessem falar para que o público possa entender tudo o que está sendo feito pelo Município de Novo Hamburgo. Nesse momento, o Vereador Raizer fez uso da palavra dizendo que ficou muito claro sobre a apresentação dos números e sobre as reservas que foram feitas, dizendo que é uma conta muito clara que foi apresentada e que se está tendo condição de fazer uma audiência pública pra esclarecer toda situação do Instituto de Previdência, sendo



que esta foi a proposta de ter audiência pública. Continuou dizendo que o plenário está cheio e o quanto é importante ter as professoras e os funcionários pra entender qual é o motivo. O vereador Raizer segue dizendo que acha legítima a fala do Vereador Brizola até esclarecedora com relação a visita do Sr. Sérgio na Câmara neste dia, como uma pessoa que vem representando o Ministério de Previdência e que informa que o relatório apresentado é aquilo que está no portal da previdência, sendo assim, sabendo que a casa legislativa, o Executivo e o Instituto de Previdência todos são fiscalizados pelo Ministério Público e Tribunal de Contas e, entendendo que os números são reais, se tem algo que mostra com muita transparência com relação a insuficiência dos pagamentos futuros para aqueles que vão se aposentar. A Dra. Fernanda esclarece ao vereador Brizola e a todos os presentes que no dia 22/12/2022 foi encaminhado um ofício para o senhor Alex Alberto Rodrigues que é Sub-Secretário dos regimes próprios da previdência social, solicitando a presença de algum representante para essa audiência pública, e o seu Sérgio foi indicado por ele para realizar esse trabalho. Nesse momento a palavra foi passada para a Sra. **Luciana Andréia Martins – Presidente do Sindicato dos Professores Municipais de Novo Hamburgo. 2º Palestrante.** A palestrante agradeceu a presença de todos, destacando que essa audiência pública só está acontecendo porque o jurídico do Sindiprof garantiu, pois não houve por parte do governo interesse em ouvir as questões referentes a previdência. A palestrante diz que no dia 22/11/2022 a Prefeitura encaminhou um conjunto de projetos e no decorrer do mesmo dia acelerou o processo, o projeto entrou no dia 22/11, terça-feira e na sexta-feira da mesma semana o vereador Ica entrou com pedido de antecipação do processo legislativo. Afirma que como professora já esteve na Casa, dos dois lados, defendendo que não fossem feitos parcelamentos e que não era possível fazer parcelamentos, enfim, afirma que essa conta não é dos professores. A palestrante segue se dirigindo ao Sr. Diogo Leuck, dizendo que no dia 12 ouviu uma fala dele, na rádio ABC, onde estavam presentes o vereador Brizola e o secretário da fazenda, e informa que não existe um processo de acumulação como foi dito, mas existe o mesmo regime dos sistemas gerais de previdência, os RPPS, eles capitalizam da mesma forma, porém aqui o regime de previdência com deficit é local, na cidade de Novo Hamburgo. Fala que a palavra verdade foi muito dita e que vários agentes da administração se utilizam da palavra verdade, e que fica feliz com isso, pois trabalhar com a verdade é o melhor caminho, e a verdade nesse caso é que essa conta não é dos professores. Se dirige aos vereadores e diz parece que o projeto 11 tem um artigo que taxa as aposentadorias e com isso não se está garantindo aquele direito, porque se estará confiscando a aposentadoria, dito isso, informa que o projeto 11 não está respeitando os direitos dos aposentados, e é uma irresponsabilidade apoiar um projeto desses. Diz que quando se fala desses projetos, não se fala em aumentar um (1) ano ou dois (2) anos de trabalho, mas sim em retirar direitos de quem está aposentado. Com perspectiva de vida aumentando está aumentando também o tempo de trabalho e contribuição e isso é bom. Frisa ainda que a reforma da previdência não está acontecendo agora, ela já



aconteceu, o que a emenda 103 obrigava os municípios a fazer, isso já aconteceu e tem que se lembrar que essa casa mesmo, inclusive a própria oradora foi contrária as duas etapas da reforma. Lembrou que no ano de 2020, ano da pandemia além da reforma, aconteceu outro ato de responsabilidade da Prefeita Fátima Daudt, em 2020 os servidores tinham 0% de reposição, ou seja, se teve 0% de contribuição e um congelamento de carreira, esclarece que se deve falar de reposição salarial numa discussão de previdência, pois se não houve a reposição inflacionária os servidores também não tiveram uma maior contribuição, porque as duas coisas andam juntas, assim também houve o déficit, porque as contribuições previdenciárias não foram repostas e isso foi opção dessa administração. Informa que o sindicato cobrou a reposição e uma maior contribuição, e não teve, porém começou-se a reforma da previdência em Novo Hamburgo, aí se teve a primeira mudança. A oradora continua dizendo que tem neste plenário pessoas de várias formações diferentes, e fala que todos precisam ganhar bem, inclusive defende que seja assim, então foi realizado um aumento de 11% para 14%, reforma de previdência, a emenda constitucional dizia isso, foi votado, ocorreu a reforma da previdência, cobrou-se 14% dos trabalhadores, não se teve como argumentar, não se teve reposição e se teve 3% a menos no salário, e agora querem dizer que não houve reforma, que agora sim é a reforma. Em 2021 a oradora disse que esteve na Câmara e defendeu que a previdência complementar era uma forma de descapitalizar, e que a Dr^a Fernanda disse que isso devia ter sido discutido em 2019, no entanto, em 2019 também foi dito não a reforma da previdência para o regime geral, então não há nenhuma incoerência e não se tem problema com a verdade, pois sempre se defendeu isso. A oradora segue dizendo que hoje a prefeita gasta dinheiro público, fez um a pedido, que fez uma ameaça as pessoas que estão discutindo sobre isso, mas que fica feliz porque quer ser lembrada na história como uma professora responsável e que luta pelos direitos dos trabalhadores, não quer ser lembrada como uma prefeita que não recebe servidor público, que não recebe entidades e que não comparece a câmara de vereadores apresentar uma audiência pública a qual ela foi obrigada a fazer, alega que é isso que a cidade de Novo Hamburgo vai lembrar. A oradora continua sua fala dizendo que enquanto se discute esse assunto de importância relevante a prefeita, mesmo que não gastando dinheiro público, posta foto assistindo jogo e tomando um chopp na Alemanha, então ela pede respeito, além da verdade. Informa que inclusive já marcou uma reunião com o pessoal da ACI, que gosta do diálogo, e a previdência complementar era uma segunda etapa da 103. A oradora prossegue dizendo que estamos *falando de um deficit de 2 bilhões, como se chega a esse número, com a utilização de recursos financeiros para outros fins que não sejam previdenciários, ingresso de novos servidores sem a devida contribuição previdenciária, inclusive os dados não são atualizados, pois acabou de ser realizado um senso*. Diz que consta base cadastral incompleta principalmente em relação a não informação de tempo de contribuição do serviço anterior à nomeação do serviço público, dessa forma o cálculo, se não tem essas informações completas, não se pode dizer que é dois milhões e seiscentos. A oradora refere o não pagamento da



parte patronal em dia e sucessivos pagamentos parcelamentos. Alega ainda que a prefeita, até ontem devia a parte patronal de 2022 de junho até novembro, e que se certificou, que alguma coisa foi paga, diz que em Novo Hamburgo desde 2016 o CRP é judicializado por que a prefeitura não cumpre o que é necessário, então está se reiterando certificado judicializado, então não teria problema na questão votar por que se judicializar vai ganhar certo. A Presidente da audiência pede para finalizar a fala em razão do tempo, a oradora então refere a música Herdeiro do Pampa Pobre, dos Engenheiro do Havaí. Nesse momento a palavra passada ao Sr. **Vilson dos Santos de Moura** – Presidente do Grêmio Sindicato dos Funcionários Municipais de Novo Hamburgo – **3º Palestrante**. O orador cumprimenta os presentes e principalmente os servidores dizendo que estão nesse momento por mais um desafio para que não se receba ao final da vida um desconto que não é necessário para os servidores. O orador ressalta que o motivo pelo qual estão na Câmara nesse dia é para discutir uma reforma previdenciária, uma proposta de reforma previdenciária, esclarece que ele foi convidado pelo sindicato dos funcionários municipais de Novo Hamburgo para integrar a comissão de discussão, que teve cinco reuniões, uma reunião nós tratamos de algumas partes do processo, as demais foram cálculo atuarial, e diz que não participou de toda a negociação, e como a Luciana falou os servidores presam pela verdade e a verdade tem que ser dita. Afirma que participou sim das das cinco reuniões mais os cálculos atuarial, mas quando chegou na parte principal de tratar em relação à reforma da previdência, que chegou na reunião e disseram “tá pronta” que poderia pegar uma cópia na Câmara, mas que se fazia parte da comissão e não teve direito de construir uma proposta, que isso não é o respeito pelo funcionário público municipal. Afirma que querem conversar, debater e fazer um amplo debate, com respeito mútuo entre as partes para construir uma coisa boa. O orador afirma ainda que sabe que é necessário fazer reforma, que sabe os números, que o Sr. Sérgio trouxe, condiz que é preciso fazer alguma coisa e questiona por que não sentar e discutir. Acrescenta que não houve tempo hábil para que houvesse uma discussão do necessário. O orador continua questionando a montagem da audiência, falando que não houve paridade de falas e que precisa ter paridade de uma coisa que é pra se discutir algo para os servidores. Afirma que se chegou em um momento em que se se precisa sentar e discutir um projeto e não impor de maneira arrogante, é preciso, debater, contar as necessidades para que o município passe a saber e os servidores possam discutir em assembleia, sindicato com as entidades de classe que tem mais na cidade, discutir com todo mundo e não somente com o patronal. O orador lembra que tem um documento que foi elaborado pela Câmara de Vereadores, muito importante, que o Executivo foi convidado, mas ninguém participou. Questiona por que não foi participar da discussão que a Câmara provocou e por que não se busca aquele documento que já está elaborado, para se criar um processo mais seletivo, mais democrático. Continua alegando que nesse documento tem apontado onze necessidades que seriam base para o cálculo. Declara que queria é que tivesse tempo de conversar com o Executivo, conversar com o Legislativo com as entidades de classe para que se pudesse dirimir



um projeto saudável para o IPASEM dentro de uma regra que vá curar o IPASEM, não só com um antibiótico que vá curar rapidinho, sarar por um mês, porque se sabe que se for feito esse hoje amanhã ou depois terá que discutir outro. O convidado questiona se é isso que se quer para o IPASEM e se amanhã não haverá um novo parcelamento e pede uma resposta do Executivo, sugerindo que se obrigue o município a pagar, fazer uma lei que fixasse, por exemplo, um desconto de ICMS, que fixasse um valor que fosse descontado ICMS para pagar o IPASEM para não ter o compromisso de depois parcelar. Afirma que é preciso estudar e não se agredir, que tem que ter palavra e tem que falar a verdade. Continua falando da Athena, informando que ela tem todo o processo, que ele acompanhou e viu tudo que está ali, muito bom, mas tem uma disparidade com o cálculo da outra empresa. Finaliza sua fala solicitando ao Executivo que de tempo para trabalhar com os sindicatos, que dê ouvidos ao sindicato, pois tem uma comissão de servidores, advogados e professores discutindo diariamente todos os PIs, que não pode um projeto sacanear os servidores e que vai tirar benefício que precisam pra comprar remédios. E novamente finalizando o orador questiona por que não houve auditoria pública, por que não se visualiza qual é o problema de fato, e com a auditoria se pode até responsabilizar algum acidente que fizeram, mas mostra aonde está o erro, aonde que foi o problema pra gente solucionar, é preciso uma auditoria. Gritos da plateia. Dra. Fernanda passa a palavra ao **4º Palestrante, Sr. Diogo Carlos Leuck, presidente da ACI**. O palestrante cumprimenta a todos e diz que gostaria de deixar claro que a ACI e que de forma voluntária veio essa noite porque está do lado do Município e dos servidores, porque os servidores também são município, e é preciso pensar que o auditor da receita trouxe os números de praticamente uma insolvência do IPASEM se continuar assim. O orador refere que não se sabe se serão cinco anos ou sete anos, mas se continuar assim os servidores não vão receber aposentadoria digna e merecida. Muitos gritos nesse momento, tendo que haver intervenção da Presidente da Mesa. O orador segue dizendo que é preciso pensar que a reforma independente de como ela seja feita ela deve ser feita, primeiro para que não seja decretada insolvência daquele que paga a merecida aposentadoria dos municipais, mas que essa reforma também não sobrecarregue o Município a ponto de que nem uma empresa mais venha para Novo Hamburgo. Esclarece que a ACI atua no município de Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha e Dois Irmãos, e hoje tem várias empresas que estão saindo do Município e indo para outros. O orador diz que não se pode aumentar o tributo sobre o contribuinte e que os servidores também pagam o tributo, os servidores também são municipais e que se houver aumento dos tributos irá acontecer uma piora dessa situação porque menos empresas virão para Novo Hamburgo e haverá menos arrecadação. O palestrante parabeniza os senhores vereadores que estão presentes nessa audiência que está sendo posto tecnicamente, parabeniza também os servidores que estão na plateia lamentando que alguns estão mais xingando do que ouvindo, e que da mesma forma que se escutou os representantes dos servidores eles deveriam escutar os representantes empresariais, que querem que os servidores recebam o que tem direito, mas que não aceitam porque



não se pode sobrecarregar aquele que paga o imposto de forma que inviabilize o município. O orador prossegue dizendo que o problema que existe e que não criado nem por ele e nem pelo servidores, esse problema tem que ser resolvido o quanto antes. Nesse momento o orador se vira de costas dizendo que para aqueles que são mau educados ele também ficará de costas, considerando que a plateia se posicionou de costas no momento de sua fala. Muitos gritos nesse momento. O orador informa que a ACI quer ajudar a todos a resolver esse problema. Em face dos gritos o orador lamenta que os servidores não queiram escutar e dirige sua fala aos vereadores, dizendo que já conversou com alguns, assim como conversou com a professora Luciana e diz que se não chegarem a uma solução rápida, se terá um problema muito grande, em primeiro lugar para os municipais e em seguida para todos os munícipes. Nesse momento muitas vaias e gritos da plateia. O orador agradece e encerra sua fala. Nesse momento o Vereador Luz questiona o Sr. Diogo dizendo que ele colocou uma situação que pode levar a pavor do município e que empresas deixarão de vir e outras sair de Novo Hamburgo e questiona por que a Luz da Luz foi embora de Novo Hamburgo se não tinha essa situação. Diogo responde informando que houve um incêndio e tiveram que buscar um prédio que recebesse o número de funcionários que eles tinham para atender a produção e, segundo sabe, a empresa encontrou melhor condição de fazer um prédio novo, climatizado, com todas as condições necessárias pro bom trabalho dos trabalhadores deles, novo em Estância Velha e não encontraram em Novo Hamburgo. O vereador diz que conhece alguém do alto escalão da Luz da Lua e não foi informação que deram, que disseram que procuraram resolver a situação junto ao município e não conseguiram. Nesse momento a Presidente da Audiência passa a fala ao 5º **Palestrante, Sr. Leandro Villela Cezimbra – Diretor ACI**; O orador inicia falando que fez um texto sobre para tratar da lei de responsabilidade fiscal, mas diz que acredita que não é o que a plateia quer ouvir e que respeita essa vontade, assim como respeita todos os vereadores, especialmente o Vereador Ênio Brizola com que pode participar de um debate na rádio e que ficou impressionado com o conhecimento. O orador começa a falar, mas começam os gritos no plenário e ele interrompe a fala dizendo que é uma pessoa educada e educação é bom para todo mundo e que assim como ele é educado com o público gostaria que fossem educados com ele também. O orador retoma sua fala dizendo que possui uma relação com os servidores públicos familiar, pois foi criado por uma professora, e que me ensinou muitas coisas, principalmente a educação e isso também fez com que ele buscasse esse sacerdócio chamado magistério, pois ele também é professor. O palestrante diz que há um limite de endividamento no Município, no Estado, inclusive na União e que hoje há um debate para o governo apresentar uma nova regra para tentar alterar o teto de gastos, esclarece que a lei de responsabilidade fiscal é uma realidade, que ela limita os gastos do município em 60% com a folha de pagamento, tanto de ativos quanto inativos. O palestrante diz que o Diogo tentou trazer aos senhores e que, infelizmente, o público não quis ouvir e existe essa limitação, imposta por uma lei federal que acaba atingindo todos os entes federativos, ou seja, Estados e Municípios, e a partir disso



toda vez que houver a necessidade de um aporte maior do município, vai ter um aumento de impostos que vai se refletir no bolso de todos. Nesse momento, em razão das vaias e gritos o orador encerra a sua fala. O vereador Brizola questiona o palestrante anterior dizendo que é importante ter a participação da ACI neste debate, mas ela representa somente uma parte da sociedade, que precisa estar presente também uma parte dos trabalhadores que contribuem com a produção da riqueza da cidade e que quando se traz um representante do governo federal que se posta mais como um consultor do que como uma representação ministerial que deveria intervir no sentido de contextualizar as questões dos regimes próprios da previdência e trazer as novas diretrizes para estas questões do ministério, o debate fica prejudicado de fato. O vereador Brizola diz ainda que um dos encaminhamentos que poderia ser proposto é a realização de uma nova audiência pública, convocada pelo legislativo, mais representativa, já contando com a participação dos atuais representantes que se encontram aqui. O vereador Brizola prossegue dizendo que as empresas não estão saindo da cidade ou escolhendo outra cidade para se instalarem, por causa da questão do IPASEM, não é só isso, mas existe ainda a falta de políticas públicas, exemplifica que o CIT continua fechado, que não tem as principais políticas públicas para atrair empresas do desenvolvimento tecnológico, que estão indo para quem cria política quem tem parque tecnológico, quem tem áreas e parque industrial para oferecer e Estância Velha, nesse sentido, faz muito bem. O vereador diz que lamenta, que não quer perder empregos, que quer é brigar por todos os empregos, pelo fortalecimento da principal matriz produtiva da cidade e toda sua cadeia produtiva geradora de muitos empregos, mas entende que uma empresa que vai no evento do IBTeC 50 Anos e não vê a presença da prefeita ou quando não se vê a prefeita em uma reunião com o governador para discutir pautas importantes, como a da Saúde, que também é uma política determinante para uma empresa escolher a cidade para se instalar, então são vários fatores e ninguém vai escolher uma cidade que tem 300% de atualização da sua planta genérica de valores que tanto impacta os trabalhadores da cidade, assim como impacta as empresas, então são vários fatores que deixam a cidade deserta de indústrias, e os principais investimentos vão para cidades vizinhas ou pra outras regiões do estado. O vereador Brizola prossegue dizendo que é um debate que tem que ser feito, o orçamento do município é hoje educação, IPASEM e saúde. Esclarece que o documento da Athena está no relatório que a comissão da câmara elaborou, produziu e debateu com vários atores juntos e traz a necessidade de rever as questões do IPASEM, não de hoje. Prossegue falando que não há muito tempo, que se preocupam com o pagamento no futuro das aposentadorias, que se preocupam com o plano de assistência do IPASEM, que é mais barato para o município, inclusive a previdência pública é mais barata para o município do que pagar o regime geral da previdência, refere que é importante dizer isso, pois quando se criou o IPASEM essa era uma das grandes justificativas e existe uma economia municipal, quando o município paga em dia e quando tem superavit no instituto de previdência, é claro que é preciso ajustar e por isso é preciso ter uma auditoria. O Vereador Brizola finaliza



dizendo que é importante pensar na retirada dos projetos, ampliar o tempo de debate, ampliar o grupo de debate e estabelecer um tempo para fazer um projeto construído a quatro mãos. Nesse momento, a Dra. Fernanda passa a palavra para à **6º Palestrante, Sra. Maria Cristina Schmitt – Diretora Presidente do IPASEM**. A palestrante diz que não tem como deixar de falar do deficit, que como gestora tem que correr atrás do que é viável, que o deficit previdenciário foi levantado pelos cálculos que o instituto tem, que não é algo inventado ou implantado, isso é fato, feito por especialistas na área, e registrada no Ministério da Previdência todo o ano e auditada também e, não bastando isso, é auditado pelo Tribunal de Contas. A oradora prossegue dizendo que a Câmara recebeu, através dessa comissão do CEIPASEM, uma comissão especial implantada na Câmara, os últimos seis estudos atuariais – 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, e posteriormente o de 2021. Informa ainda que tudo está no site do Ministério da Previdência e no site do IPASEM, que é um cálculo que tem pra mais de dois bilhões de deficit e que, como gestora do instituto, e os técnicos do instituto, quer resolver a situação, precisa resolver, porque existe responsabilidade. A convidada informa que em 2018 foi realizada uma auditoria pelo Tribunal de Contas, uma auditoria especial do instituto, e o que eles sempre perguntam é o que será feito para implantar a Emenda 103. A palestrante passa a palavra para o Sr. Nicolás para explicar a questão da auditoria. Nesse momento a palavra é passada ao **7º Palestrante, Sr. Nicolás**: O palestrante saúda a todos e diz que chancela as palavras da diretora maria Cristina e que, na verdade, a situação financeira é séria e é bem importante que se resolva. Informa que como gestores do Instituto o dever é mostrar que a situação financeira é grave e que precisa aumentar a receita. Esclarece que hoje o valor que tem de receita de contribuição, mesmo a prefeitura pagando em dia o custeio especial que está na faixa de 25% (pra esse ano iria para 28,5%) pagando os valores dos parcelamentos, pagando o valor da alíquota do servidor, o COMPREV, tudo que entra mensalmente, sobra mais ou menos uns setecentos mil e esse seria o superavit financeiro. Esclarece que o que motivou do Tribunal de Contas fazer o ofício circular que quando tivesse deficit no mês, primeiro se oficiasse o ente municipal e, caso não houvesse o repasse do recurso em tempo, que a unidade gestora, IPASEM, fizesse os pagamentos, e por isso que houve o pagamento do 13º que acabou mudando a data em cinco dias para pagar dentro do prazo legal. O orador diz que não é um problema apenas de deficit financeiro, mas que há também o problema do deficit atuarial, porque a folha de pagamento mensal de beneficios aumenta progressivamente, então, se hoje está sobrando setecentos mil com alíquota de 25%, daqui a uns meses já não sobrar nada e daqui a mais alguns meses vai ter um deficit financeiro, na verdade tem-se que atentar para esse deficit atuarial de mais de dois bilhões e setenta e oito milhões. Refere que, como o auditor Sérgio mostrou, esses números estão corretos e estão no site do IPASEM, o cálculo atuarial que é na base do dia 30/12 e estão na consulta pública do CADPREV e são realizados com a mesma metodologia da empresa Athena, que foi empresa contratada, por licitação, e tem valor baixo (dois mil e setecentos por mês). O convidado segue explicando que, com a maior transparência, esses dados



foram novamente atualizados em 30/06, onde se verificou que o deficit aumentou para dois bilhões e trezentos milhões. O orador diz que temos que combater o deficit atuarial e que foi encaminhada a informação para o ente municipal de que o Instituto precisa de receita, agora como vai se dar esse aumento de receita é o que tem que ser discutido. Explica que o *slide* da página 15 ilustra muito bem como se deu a alíquota de custeio especial, que é uma alíquota extra para o deficit que já existia, patronal, e que foi modificando ao logo dos anos, então ali ilustra bem um dos principais, talvez o principal, motivo do deficit atuarial. O orador esclarece que a auditoria de 2018 foi realizada por uma equipe de atuário, que foi a primeira vez que o Tribunal de Contas fez concurso pra atuário, e que eles fizeram uma auditoria no cálculo atuarial e a partir daí sugeriram a mudança de premissas e o deficit aumentou até um pouco mais, quase nos dois bilhões. O palestrante diz que esses números foram chancelados pelo Tribunal de Contas. O orador fala que também teve uma auditoria do Ministério da Previdência, se não se engana, em 2013 e que fez uma análise dos números do repasse para contribuição patronal e do servidor, foi um trabalho bem completo com algumas recomendações, mas, no tempo em que está no IPASEM, cerca de 10 anos trabalhando, afirma que sempre foi repassado em dia o valor da contribuição do servidor. O vereador Fink agradece a presença do Nicolás e comenta que se falou de dois bilhões e o número apresentado pela auditoria foi de dois bilhões e seiscentos milhões, depois se falou em dois bilhões e trezentos milhões, diz que gostaria de entender se o Instituto recebeu esse cálculo atuarial que foi feito agora por essa empresa contratada pela prefeitura, pra fazer o comparativo. O orador responde que o valor que está no relatório e que está no site não é um relatório é o cálculo trinta do doze, realizado pela Atena e que depois foi solicitado um cálculo extra lá por julho e agosto com a base atualizada e constou, pela própria Atena, com a mesma metodologia, o valor de dois bilhões e trezentos. Explica que o cálculo do Mário (da empresa Sercomprev) chegou a dois bilhões e seiscentos e acredito que ele possa explicar melhor quais foram as diferenças apuradas. O vereador Fink prossegue questionando se alguém recebeu esse estudo do Mário. O orador responde que ele e a Maria Cristina foram em numa reunião, a última reunião que teve da comissão da reforma da previdência e ali foi mostrado essa diferença e sabe que os atuários conversaram a respeito para entender as razões da diferença. Esclarece que oficialmente existe um cálculo que apresenta déficit de dois bilhões e setenta e oito milhões, com a base de 30 de dezembro e outro cálculo de dois bilhões e trezentos milhões em 30 de junho do ano seguinte. Explica que a cada seis meses aumenta trezentos milhões. Então a diferença. Esclarece ainda que não dá pra dizer que essa situação é uma constante, porque nesse meio tempo teve alteração no IBGE em dois mil e vinte muito grande dos aposentados até pela eminência da reforma da previdência, então a diminuição da taxa de juros da meta atuarial que é de zero a seis passou pra quatro e oitenta e oito por um novo regramento da Secretaria de Previdência, dessa forma, quanto mais baixa essa taxa de juros, menor a receita a longo prazo que o município tem a receber, menor o rendimento das aplicações e



consequentemente aumenta o deficit, então tem uma série de fatores que nesse período responsável. O vereador Fink diz que não entendeu, perguntando se hoje sobram setecentos mil reais do repasse que a Prefeitura passa para o IPASEM. O palestrante respondeu que sim. O vereador Fink prossegue dizendo que o orador falou que vai aumentar a alíquota para vinte e oito e meio e questiona por que vai reduzir os valores. O palestrante responde que são duas situações: os vinte e oito e meio que falou está no anexo um da Lei nº 154, que traz a tabela de custeio, só que no ano passado foi enviado um novo plano de custeio já no regramento da Portaria 1467 que tem que pagar no mínimo juros e explica que, se essa alíquota não é o suficiente para pagar os juros da dívida, esse deficit é como se fosse uma dívida, aí se fica meses pagando uma dívida e ela aumenta e consequentemente aumenta o deficit atuarial mesmo pagando em dia o custeio especial. O orador continua explicando que existe um regramento, um cálculo de previdência que determinou que se fizesse novo plano de equilíbrio atuarial e, por esse plano, a alíquota do Município teria que ir pra 42%, no ano de 2023 e passaria para 59,95% durante os próximos trinta e cinco anos. O orador esclarece que o segundo ponto é que a folha de pagamento aumenta progressivamente, ela tem mais ou menos o aumento de um milhão por ano, então o Instituto vem descapitalizando. O vereador Fink questiona se quando o Município não aporta o recurso em dia, sendo isso que a normativa agora proíbe, o IPASEM pega o recurso do Fundo para pagamento. O palestrante responde que a normativa não proíbe, na verdade o que o ofício do tribunal diz é que se deve oficial o ente municipal informando que há um déficit financeiro e que precisa de um valor determinado para pagar a diferença e, se não houver repasse, o Instituto paga porque os benefícios tem que ser pagos. O vereador Fink prossegue questionando se nesse caso, o Ipasem perde o investimento que estava fazendo. O palestrante responde que é isso vem acontecendo há muitos anos e que se pegar um cálculo atuarial em 2014, por exemplo, o patrimônio do IPASEM era de quase um milhão e hoje está com duzentos e setenta milhões aproximadamente. O palestrante prossegue informando que o principal ponto e que foi bem colocado pelo Sérgio é a alteração das alíquotas, porque antigamente não existia todo esse regramento, então era mais fácil mudar a legislação, diminuir alíquota do custeio especial, o que aconteceu em 2001 e 2005, que baixaram essas alíquotas e não era o suficiente pra honrar o equilíbrio. Explica ainda que então foi aumentando o deficit atuarial, e que hoje não adianta dizer que não tem superávit financeiro, isso não resolve o problema, pois é preciso capitalizar porque tem déficit atuarial. O vereador Fink diz que se não pagar em dia tem que pegar do fundo, isso atinge o projetado e também justifica a perda da rentabilidade. O orador responde que percentualmente não, esclarecendo que fez um estudo de quinze anos pra trás, antes da pandemia, e que de 2004 a 2019, o IPASEM teve a rentabilidade de 577% contra uma meta atuarial de 497%, ou seja, nos planos é quase 70% acima da meta nesse período. Nos anos de 2020, 2021 e 2022, o Instituto ficou abaixo da meta só que ainda sim se teve rentabilidade, então a perda que aparece no cálculo da Michele (Atena) é uma perda atuarial, que é uma diferença do que se deveria ter ganho e ganha menos,



não é que se perdeu, se ganhou menos, não teve perda financeira nenhuma, apenas se ganhou abaixo. O vereador Fink aponta que isso acontece porque retirar recurso do investimento, se ganha menos, mas percentualmente, se ganhou um pouco, podia ganhar mais, se não tivesse usado o fundo. O orador concorda com a conclusão do vereador. O vereador Fink agradece ao orador. O vereador Felipe saúda todos os presentes e diz que em 2020 se fez no Legislativo uma comissão especial para tratar sobre as dificuldades do Instituto de Previdência e questiona por que não houve participação do IPASEM, dos representantes e da direção na comissão. A oradora Maria Cristina responde que o Instituto muniu tudo o que era necessário para essa comissão, que não participaram de corpo presente mas que repassaram todas as informações que orientaram em quase 80% o relatório da comissão. Diz ainda que foram encaminhados seis cálculos atuariais, todos os levantamentos, tudo que tinha de parcelamento todas as informações que foram solicitadas foram enviadas. O vereador Felipe diz que, na verdade, a preocupação foi de fato não ter representantes na comissão, não ter um único indicado que pudesse acompanhar, discutir, debater. O vereador reconhece que muitas informações foram entregues, mas diz que faltou uma presença física ou uma presença de alguém que também acompanhasse. O vereador prossegue dizendo que trabalha há doze anos já na área pública, seis anos no Estado e seis anos na Câmara de Vereadores, e que foi presidente da Câmara em 2018 e só só queria entender uma questão que muitas vezes é trazida pelo Poder Executivo ou IPASEM de que o Tribunal de Contas apontou e afirma que o Tribunal de Contas não penaliza, o Tribunal de Contas não julga, não tem poder de julgar e outras questões mais. O oradora Maria Cristina responde que esses apontamentos são alertas para o Gestor, que indica que há um erro, uma falha, que tem que melhorar em alguma coisa, o Tribunal de contas vai alertando e chega no fim ele determina. Nesse momento o Se. Nicolás faz um aparte complementando a questão referente ao Tribunal de Contas, esclarecendo que tem uma equipe de auditores, que eles fazem uma auditoria em campo ou solicitam documentos por e-mail, que se forma um processo de autoria, se apontam irregularidades e depois vai pra uma equipe de conselheiros do Tribunal de Contas, onde é feito um processo de prestação de contas, de julgamento de contas e se a contas do gestor, no caso a Maria Cristina responde como ordenadora de despesa das contas do IPASEM, forem reprovadas, existe uma série de penalidades, multa, enfim, possibilidades de perda de cargo público, judicialização pelo próprio Tribunal de Contas e Ministério Público de Contas. Continua informando que as contas da Prefeita, o Tribunal de Contas encaminha pra Câmara de Vereadores julgar e que a diferença é que as contas da Maria Cristina como gestora de autarquia, elas são julgadas pelos conselheiros. O vereador Felipe diz que até conhece esses meios, esses meandros, mas algo da experiência dele é que não vem a punição, por isso não consegue acreditar que é uma determinação de fazer. O vereador agradece ao palestrante. O vereador Brizola diz que reconhece que, de fato, que todas as solicitações feitas pela comissão tiveram a documentação enviada ao Executivo, registrando também que tiveram na comissão o trabalho dos auditores-fiscais do Tribunal de Contas do Estado



e também registrou que tiveram a contribuição de auditores da Receita Federal. O Vereador Brizola diz ainda que fizeram ricos debates, importantes encontros, de forma republicana e continua afirmando que nem todo parecer opinativo do Tribunal de Contas a Casa Legislativa é obrigada a concordar, dizendo que, por exemplo, aprovou contas de Prefeitos com parecer contrário, porque quem aprova e desaprova a conta de prefeitos é a Câmara. O vereador segue afirmando que acha que é importante considerar isso, porque não são obrigados porque tem um parecer, ou impossibilidades como diz nota da Prefeita dos vereadores serem responsabilizados. Continua dizendo que a Casa Legislativa tem autonomia, que representa a vontade através do voto. O vereador prossegue pedindo desculpas e dizendo que não são obrigados a aprovar qualquer projeto que vá para a Câmara porque tem um parecer opinativo do Tribunal de Contas. Nesse momento a presidente da Mesa agradece ao palestrante e passa a palavra para a próxima palestrante, a senhora **Michele Dall'Agnol – Atuária responsável pelo Relatório da Avaliação Atuarial do IPASEM. 8º Palestrante.** A convidada se apresenta como sendo a atuária responsável pela avaliação do IPASEM, dizendo que tem uma pequena bagagem nessa estrada, eu que trouxe o resultado da avaliação auditorial de dezembro de 2021 e diz que irá comentar o que vem a ser um cálculo atuarial para que se tenha uma noção do que é, saber a contribuição que fala da previdência, que está embasado no cálculo atuarial. O oradora prossegue dizendo que o objetivo principal da avaliação laboratorial do cálculo é estabelecer os recursos que são necessários para garantir a aposentadoria de todos. Explica que recebe os dados do IPASEM, e a primeira coisa que se faz é pegar os servidores ativos e aposentar todo mundo, depois que se vê por quanto tempo se vai pagar o benefício para aqueles que se aposentarem, e com base nisso se usa algumas premissas como taxa de mortalidade, expectativa de vida, que está aumentando, então toda vez que sai uma divulgação do IBGE, que a expectativa de vida aumentou, significa que estamos vivendo mais, mas na previdência quer dizer que precisa de mais recursos, acaba afetando e aumentando o teste laboratorial. Esclarece que a alteração no cálculo, que no dia 31 de dezembro de 2021, trazia um déficit de 2 bilhões e 78 milhões e, na avaliação de junho de 2022, trouxe um déficit de 2 bilhões e trezentos milhões, se justifica porque entre dezembro de 2021 e junho de 2022, muitas pessoas se aposentaram, então servidores ativos saíram das condições de ativo, que é de onde vem a receita de contribuição e se aposentaram, ou seja, pararam de contribuir, esse movimento por si só, se fosse fazer todo mês uma avaliação nova, teria um resultado laboratorial diferente, isso não quer dizer que um cálculo está mais certo do que o outro, porque são momentos diferentes, pessoas diferentes que estão inativos e aposentados, então essa variação na avaliação laboratorial é muito comum de acontecer, ela vai acontecer. A palestrante segue explicando a diferença existente entre a avaliação atuarial que chegou ao déficit de 2 bilhões e 300 milhões e a do colega Mario que chegou ao deficit de 2 bilhões e 600 milhões, é porque o atuário apresenta premissas, taxa de juros, que é o que será utilizado para capitalizar e descapitalizar o sistema. Explica que se tem uma taxa de juros de 4,88% significa que



toda a receita de contribuição vai aumentar 4,88% a cada ano, da mesma forma traz o exemplo de um benéfico que eu terá que ser pago daqui a dez ou quinze anos que é da pessoa que vai se aposentar daqui a dez ou quinze anos, se pode descapitalizar esse benefício, trazendo o valor uma taxa de 4,88%. Para melhor compreensão, a palestrante dá um exemplo simples, explicando que se tem R\$ 100,00 para pagar de benefício em 2024, se pode trazer o valor presente para a data da avaliação que é 2023 e descontar 4,88%, de cada R\$ 100,00, então, no mercado financeiro vamos precisar colocar R\$ 95,12 para fechar o R\$ 100,00 que é o benefício que precisa ser pago. Explica ainda que a taxa de juros vem reduzindo, e toda vez que a taxa de juros reduz, usa como exemplo que a taxa de juros hoje está em 4,20%, isso quer dizer que teremos o mesmo benefício de R\$ 100,00 para pagar o ano que vem, mas desse R\$ 100,00 só vai receber 4,20% de taxa de juros, ou seja, vai se precisar colocar R\$ 95,80 e não R\$ 95,12 que era o que se colocava antes, então isso quer dizer, que é preciso colocar mais recursos hoje, por que o dinheiro, vai render menos ao longo do tempo. A palestrante informa que essa taxa de juros está na legislação, que é a Portaria nº 1467, que rege a avaliação laboratorial, que o autuário pode se basear e seguir. Explica que está na portaria a determinação de tem que reduzir a taxa de juros, não sendo uma opção, mas uma determinação. A convidada prossegue explicando o que é a tábua de mortalidade, esclarecendo que para cada idade de cada servidor, seja homem ou mulher, tem uma expectativa de vida correspondente, se pegar uma servidora mulher de 50 anos, vai lá nessa tábua e vai ver qual a expectativa de vida dessa mulher em média e se descobre por quanto tempo se vai pagar o benefício. A oradora explica que essa tábua também muda todo ano e que a expectativa de vida do brasileiro aumentou em média 3 meses, vive-se mais e na previdência significa que terá que se pagar mais benefício para todo mundo, precisando de mais recurso, porque as pessoas vão viver mais e será pago mais tempo, sendo que essa expectativa de vida é outro dado que não se consegue controlar. A palestrante explica ainda que outro ponto é o crescimento real das remunerações, isso quer dizer que um servidor que vai se aposentar daqui a 15 anos, vai se pegar o salário dele hoje e vai se projetar o crescimento salarial de 1% durante esses 15 anos, para se chegar, na data de saída, com o valor de remuneração mais próximo que de fato irão receber de benefício. A convidada segue falando que quando o servidor fala "essa conta não é nossa", tem que se considerar que, dentro da avaliação Atuarial, dentro da previdência, os servidores possuem plano de carreira e que dependendo de quanto a quanto tempo, vai ter um triênio, um anuênio, uma mudança de classe um avanço de emprego. A oradora diz que vai aproveitar as três frases que foi posto no seu relatório da avaliação laboratorial, das possíveis causas, utilização de recursos indevidos para outros fins, ingresso de novos servidores previdenciários isso ocorre por que ele só pode solicitar contestação, quando o servidor se aposenta, enquanto ativo não se consegue resgatar esse valor, e o último é a base cadastral incompleta, que é uma possível causa também, mas que não é o caso de Novo Hamburgo. A palestrante prossegue dizendo que o relatório fala da base de dados dos servidores que estava atualizada e consistente confiável para a avaliação



laboratorial. Só que além dessas três possíveis causas tem uma que é o caso dos servidores de Novo Hamburgo que é promoções e incorporações de vantagens as vésperas da aposentadoria sem a promocional capitalização no sistema, explica que muitos servidores tem as progressões da carreira e quando estão muito perto de se aposentar, mas não se aposentam por que estão esperando aumento de classe, mais uma alteração de nível e ai sim se aposentam, só que nunca houve contribuição sobre esse recurso e esse benefício, para o servidor isso é muito bom mas gera erro no sistema. A palestrante segue esclarecendo que outro ponto são os servidores inativos que estão em casa recebendo aposentadoria, mas que tem direito a qualidade e ai toda vez que se meche em um plano de carreira de um servidor ativo que está trabalhando e contribuindo ainda, esse servidor inativo, que está em casa recebendo benefício que não ganha o teto geral, ele não contribui, ele recebe esse avanço, tem um aumento no seu provento, mas nunca contribuiu para levar esse avanço, e isso também gera erro no sistema por que ele vai receber um valor maior sem nunca ter contribuído e sem hoje contribuir, considerando que só contribui hoje quem recebe acima do teto que é de R\$ 7.087,00 e isso também traz um erro para o sistema. A convidada segue dizendo que outra situação que existe no IPASEM é a relação de servidores ativos, para aposentados e pensionistas, hoje essa relação está em 1,31% isso quer dizer que existe um ativo trabalhando e contribuindo, pagando 14% para cada servidor inativo que está em casa recebendo sem contribuição nenhuma, então existe uma relação de 1 para 1 e quando se fala isso nos sistemas previdenciários, de sustentabilidade para o sistema, isso é extremamente perigoso, para fins comparativo a União e o Estado do Rio Grande do Sul tem meio ativo para cada servidor inativo, então dada a reforma que teve que ser feita, salientando que a reforma do Estado foi mais agressiva nesse ponto. A palestrante informa que hoje se pegar os números atuais da folha de Novo Hamburgo essa relação já está em 1,16, então existem menos ativos ainda para cada aposentado. A oradora segue informando que, no Município de Novo Hamburgo, a maioria do grupo é composto por mulheres, hoje as servidoras ativas do quadro geral tem em media 44 anos de idade e expectativa de vida de 38 anos para frente, e vão se aposentar, em média, com 59 anos de idade, então dos 44 até os 59, tem mais 15 anos de contribuição pela frente, se pegar os 38 anos de expectativa de vida e descontar os 15 anos que as servidoras ainda vão trabalhar, elas vão receber o benefício por mais ou menos 23 anos depois que se aposentarem, então considerando que, em geral, as mulheres contribuem por 30 anos, então elas vão contribuir mais e receber por menos tempo, então a matemática fecha, já que se sabe que o salário na saída da aposentadoria é maior do que dentro da carreira. A palestrante segue falando sobre o magistério, informando que as professoras hoje, em média, tem 41 anos de idade com expectativa de vida de mais ou menos 40 anos de vida pela frente e vão se aposentar, em média, com 54 anos. Dessa forma dos 41 anos até os 54 anos tem 13 anos de contribuição, se descontarmos os 40 anos menos os 13 anos que contribuirão sobra 27 anos de benefício, e mulheres contribuem, em média, 25 anos para se aposentar. A palestrante diz que nesse caso existe um problema na



nossa, pois as professoras ficam dois anos a mais em benefício, do que contribuindo. A convidada continua esclarecendo que as aposentadas do quadro geral hoje, tem em média 64 anos de idade, se aposentaram em média ao 54 anos, então estão em 10 anos de benefício, e atualmente, elas tem uma expectativa de vida em média de 21 anos, então somando os 10 anos de benefício mais os 21 anos, chegamos em 31 anos, um ano a mais de benefício do que contribuiu toda a vida. A palestrante explica que quando se olha o magistério, as professoras hoje tem em média 55 anos de idade e se aposentaram com 51, então estão em 4 anos de benefício e hoje elas ainda tem uma expectativa de vida de mais 28 anos, isso atinge 32 anos de benefício, e contribuíram em média por 25 anos, assim tem uma conta que também não fecha, pois está mais tempo em benefício do que trabalhando, e também hoje a remuneração dessas servidoras aposentadas é consideravelmente maior de quando elas entraram e contribuíram na ativa, porque elas continuam recebendo aqui, qualidade etc, tudo isso as professoras continuam recebendo e não estão mais contribuindo, principalmente pelo fato que professor possui duas matrículas, e elas não se somam na hora de calcular a contribuição previdenciária, exatamente abaixo do teto do regime geral, certamente elas não estão contribuindo. A palestrante informa que esses são os pontos que acha importante, considerando que na plateia tem um grupo grande de professores e é importante que tenham uma noção do que tecnicamente e previdenciariamente afeta a situação laboratorial do instituto em relação a aposentadoria dos servidores que depois diminui, A convidada diz que são pontos positivos, porque se consegue travar e segurar um pouco as aposentadorias, pois um grande volume já aconteceu, fala que esse grande número de aposentados que tem hoje, eles estão se aposentando, recebendo benefícios maiores do que os próximos aposentados levarão, embora o número vai diminuindo, essa conta de hoje não vai diminuindo e se não fizer nada a tendência dela é só aumentar, como aconteceu de 31 de dezembro de 2021 para 31 de junho de 2022 que aumentou 300 milhões o deficit. A palestrante informa que não é uma coisa linear, que irá aumentar sempre a cada 6 meses 300 milhões, mas se nada for feito, a situação de Novo Hamburgo vai ficar cada vez pior, porque se está com menos servidores ativos contribuindo e mais servidores inativos que já não contribuem mais no sistema, então vai chegar num ponto que vai se tornar insustentável. O Vereador Raizer Ferreira questiona quantos servidores ativos, uma média geral, são necessários para que se possa estabelecer ou pagar essa média que existe de débitos, quantos precisam estar em atividade para pagar os que estão em inatividade. A palestrante responde que não existe um número mágico, porque cada previdenciário tem uma função diferente. A regra são três, mas tem que fazer o estudo de Novo Hamburgo e projetar qual seria essa necessidade. A oradora segue respondendo que a Secretaria de Previdência não considera o mínimo que seria esse três pra um. Não é claro, pode ser três, quatro ou cinco, sendo que teria que ver qual o caso de Novo Hamburgo para poder ver o cálculo digno e mais suscetível para o Município. O Vereador Raizer conclui que, baseado nos números que foram apresentados, Novo Hamburgo tem 1,33 mais ou menos entre ativos e inativos. O



vereador Raizer agradece a palestrante. O Vereador Gustavo Fink questiona se a empresa dela foi contratada pelo IPASEM para fazer o calculo laboratorial e se isso é feito todo ano. A palestrante responde que sim. O Vereador Gustavo Fink pergunta quanto tempo mais ou menos leva esse estudo. A palestrante responde que tendo todos os dados prontos, sem nenhuma inconsistência de base, consegue entregar em 15, 20 dias, explica que são cálculos simples. O Vereador Gustavo Fink questiona de depois só atualiza, se todo ano atualiza para entregar o relatório. A convidada responde que, na verdade, todo ano se faz o mesmo tratamento, trata a base o ano todo, se faz todo um tratamento da base primeiro e depois gera o cálculo e o relatório. O Vereador Gustavo Fink questiona se as informações, quando são solicitadas ao IPASEM, estão organizadas ou tem dificuldade para fazer o relatório, pergunta ainda como é o IPASEM em Novo Hamburgo, se eles dão boas informações e é organizado para fazer esse cálculo. A convidada responde que sim, que é bem organizado e que, quando identifica que tem alguma falha, geralmente é um sistema que na hora de exportar os dados não estão pegando 100%, mas que consegue conversar e consegue explicar como é que se dá a informação e ela vem sempre muito boa. O Vereador Gustavo Fink questiona se em 30 dias entrega o relatório e a palestrante responde que sim. O Vereador Gustavo Fink questiona quanto custa mais ou menos o serviço e a palestrante responde que depende, porque existe uma tabela que depende do perfil. O Vereador Gustavo Fink questiona qual o valor do último que foi feito com base no IPASEM e a palestrante responde que, em média, R\$ 2.700,00 por mês e esclarece que não é só da avaliação laboratorial, todos os estudos que são solicitados, que precisam de reforma, qualquer estudo que é solicitado, qualquer coisa que é preciso estar englobado, não é só uma avaliação laboratorial pontual. O Vereador Gustavo Fink questiona se tem um contrato por mês de R\$ 2.700,00 para fazer todos esses estudos e a convidada responde que sim. O Vereador Gustavo Fink diz que então são R\$ 2.700,00 x12 (por ano) e a palestrante diz que dentro desse um ano pode ser que solicitam vinte estudos, trinta estudos e que estaria tudo incluso dentro desse valor de R\$ 2.700,00. **Dra. Fernanda agradece a Sra. Michele e passa a palavra ao 9º Palestrante, Sr. Antônio Mário Rattes de Oliveira – Atuário contratado pelo Município de Novo Hamburgo.** O palestrante saúda os presentes e diz que é bom estar com o mesmo público, como em novembro passado. O palestrante começa falando sobre o diagnóstico que encontrou um deficit de 2 bilhões e 600 milhões sem a reforma, e que, com a reforma, esse deficit cairia para 1 bilhão, 743 milhões o que implica uma redução de 34% no deficit atuarial. O convidado fala que na época em que tomou por base o patrimônio do IPASEM era de 256 milhões. O palestrante diz que existem parcelamentos de dívida em execução no valor de 456 milhões aprovados pela Secretaria de Previdência, cadastrados no Cadprev, então para os atuários, tanto para ele como para Michele, se esses parcelamentos estão cadastrados no Cadprev, eles estão homologados pela Secretaria de Previdência, então a legislação permite usar como ativos do plano, e que por essa razão que o Sérgio falou que esses 456 milhões já estavam deduzidos do deficit atuarial. O palestrante esclarece que esses 456



milhões representam dívidas de contribuição passadas seja da prefeitura, seja do servidor, o que aconteceu no passado foi identificado. O convidado diz que segundo o estudo realizado, se nada for feito, com o patrimônio que tem hoje, com essas receitas que estão previstas de entrar, se estima que esse fundo não aguenta até o ano de 2042. O palestrante diz que independentemente da discussão de quem é responsável pelo deficit e qual o montante do deficit, a situação é gravíssima e precisa ser discutida amplamente. O palestrante diz que não sabe se essa discussão já foi feita no passado, que acha que provavelmente, não e diz que em muitos municípios para as quais ele trabalha não se tem esse tipo de discussão. O palestrante diz que já foram citadas várias causas do deficit, mas uma delas, na sua opinião é a falta de discussão e diz que estão discutindo agora porque vai doer no bolso dos servidores, mas que isso já deveria ter sido discutido bem antes. O palestrante afirma que o público presente tem todos os instrumentos, todas as informações, pois elas são encaminhadas para Secretaria de Previdência e elas são públicas e que precisam acompanhar isso diuturnamente. O convidado afirma que se não resolver agora daqui a pouco se estará discutindo um deficit de 5 bilhões. O palestrante pede para que as pessoas entendam essa situação como um sinal de alerta, pois o Instituto tem menos de 10% daquilo que precisaria ter. O palestrante diz que as propostas que estão na reforma estão, em primeiro, nos termos do que fez a União, com as verbas de cálculo de benefício da União, com as verbas de pensão da União, em segundo copiar, em tese aquilo que a Emenda 103 estabeleceu para o servidor público federal e, em terceiro, propor um aumento da contribuição da prefeitura relativa aos servidores do magistério, aumentando mais dois por cento. O palestrante diz que o projeto não se resume só a reforma, pois o terceiro item não tá dentro do projeto de reforma, mas ele está sendo analisado no âmbito da Prefeitura, que é exatamente a vinculação de ativos financeiros, conforme a legislação permite, explicando que a portaria nº 1.467/2022 permite isso e que a portaria anterior já permitia a constituição desde a emenda vinte, no art. 249 a possibilidade de buscar outras fontes de financiamento para as previdências estaduais e municipais. O convidado prossegue mostrando onde vai ser o impacto de cada uma dessas três medidas. O palestrante diz que se está estimando que a reforma impacta em 890 milhões em redução do déficit. O palestrante afirma ainda que o impacto do aumento da contribuição em 2% ao longo do tempo, até a aposentadoria desses servidores, ela dará quase 19 milhões e o imposto de renda daria 548 milhões monetizado por um período de quarenta anos. O palestrante diz que algumas das medidas evidentemente serão imputadas aos servidores, mas a parte do imposto de renda, a parte da contribuição extraordinária e o plano de amortização pra equacionamento do déficit restante, será o ônus da Prefeitura, assim cada parte que hoje está envolvida no regime próprio de previdência de Novo Hamburgo vai dar a sua contribuição pra poder equacionar esse déficit setorial. O palestrante diz que fazendo a reforma, implantando a contribuição adicional e vinculando o imposto de renda, ainda assim se estima que ficaria um déficit de quase 1 bilhão e 200 milhões, que terá que ser pago através de uma contribuição extraordinária dada a ausência de outra fonte de



financiamento. O convidado explica que essa contribuição extraordinária é uma estimativa que seria de 27,36% ao longo de quarenta e dois anos, que vai de 2023 a 2065, conforme permite a legislação (Portaria nº 1.467/2022). O palestrante prossegue dizendo que a reforma prevê que 890 milhões e meio do deficit atuarial seria pago pelos segurados e que o município entraria com 1 milhão e 762 mil, ou seja, se está discutindo um rateio de deficit setorial que dois terços do deficit será colocado pra que a prefeitura pague. O palestrante explica que o projeto que prevê a monetização do Imposto de Renda precisará de uma lei posterior, porque qualquer monetização, de acordo com a legislação federal, tem que passar pela câmara, tem que ser feito por lei, sendo que a Prefeitura não pode vincular esse ativo diretamente ao Instituto, tem que ter uma lei autorizando. O palestrante agradece e encerra sua fala. O vereador Gustavo Finck fala que a contribuição do imposto de renda tem um impacto lá de 548 milhões durante quarenta anos e questiona se isso está jogado dentro dos 66% do Município e o palestrante responde que sim. O Vereador Fink diz que o medo é o Instituto não receber os recursos e questiona se não pode ser vinculado direto sem precisar o Município aportar, de forma que iria direto pro fundo. O palestrante esclarece que esse ativo é líquido, porque é desconto dos servidores, o do ativo, o do inativo, o da Prefeitura vai repassar pro IPASEM, mais do aposentado e do pensionista, é um desconto que o Instituto faz na folha do servidor, o desconto é federal, não é municipal. O palestrante explica que o aporte de imposto de renda é uma parte do que a União repassa para o município, do que o Município ele tem direito nesse tipo de arrecadação. O Vereador Fink questiona se hoje esse valor entra no caixa único município e o palestrante responde que cai num caixa único do município e o município utiliza pra outras coisas e o que se está propondo é que o município vincule essa receita para o Instituto, não é descontar mais nada do servidor. O vereador Fink questiona se em 40 anos será resolvido o deficit do atuarial do Município de Novo Hamburgo e o palestrante responde que, se tiver um aporte de imposto de renda, mas que também tem que ter uma contribuição extraordinária. O Vereador Fink questiona se essa contribuição extraordinária seria os 2% mais os 27% e o palestrante responde que sim, que seriam os 27%. O Vereador Fink diz que hoje o Município já paga 25% e que vai aumentar mais e o palestrante esclarece que a reforma não vai zerar o deficit, a reforma em lugar nenhum zerou deficit, a não ser que seja um caso muito excepcional, nem a União zerou deficit, a reforma reduz o deficit e, em geral, não reduz nem a metade dependendo da reforma que seja feita. O Vereador Fink questiona em quanto tempo Novo Hamburgo terá que fazer essa reforma e o palestrante diz que não tem bola de cristal para resolver isso, que os sobre taxa e expectativa de vida teve uma caída agora na pandemia, mas que está retomando de novo e é muito difícil dizer se daqui a dez anos Novo Hamburgo vai ter que estar discutindo o deficit novamente, mas que espera que não, porque todo ano o município vai precisar fazer essa avaliação atuarial, por isso é importante o acompanhamento sistemático disso para evitar que daqui a dez anos, esteja novamente com o deficit muito alto. O Vereador Fink diz que precisam ter coragem de fazer isso mais seguido, discutir com o IPASEM, toda



discussão que está sendo feita hoje, deveria ter sido feita dez, quinze anos atrás e o palestrante diz que essa é a lógica que está na legislação, porque a legislação manda fazer avaliação atuarial todo ano, não é só para cumprir CRP, não é só para mandar para a secretaria, é para usar a avaliação como instrumento gerencial, de planejamento de longo prazo. O Vereador Fink questiona se o impacto do imposto de renda vai estar vinculado ao fundo do IPASEM e o palestrante responde que sim. O Vereador Fink questiona se isso também inibiria de conseguir a certidão, acaso o Município não aporte o recurso pro fundo do IPASEM e o palestrante responde que o município precisa ter uma solução de equacionamento do deficit atuarial, que se está trazendo uma sugestão, uma sugestão viável, se não for essa, se for outra, é preciso fazer os estudos atuariais e apresentar para a Secretaria da Previdência, que é o órgão fiscalizador que atesta se o Município está ou não cumprindo essa questão do equilíbrio. O Vereador Fink questiona se o município daqui para a frente, não repassar e o palestrante diz que se estiver na lei e não repassar, daí a dívida é do município, tem que cobrar dele, porque o Município tem que repassar. Nesse momento muitos gritos da plateia. O palestrante pede calma e pede para complementar a resposta dizendo que aquilo que tiver na lei, seja um plano de amortização ou seja um aporte de imposto de renda, enquanto estiver na lei, é obrigação do Município repassar, não repassou virá dívida do Município, diz ainda que não pode, como atuário, saber se o próximo gestor do município que entrar vai colocar tudo a perder, tudo o que se está fazendo agora. O palestrante prossegue dizendo que tem como fazer os estudos e apontar uma sugestão de um caminho para solução, mas não tem como garantir que o gestor do Município vai cumprir isso até o fim. O Vereador Fink agradece ao palestrante. O Vereador Luz cumprimenta o convidado e fala que o PLC 11 altera no artigo 36, o seu parágrafo quinto dizendo o seguinte: “o salário de benefício corresponde a 60% da média aritmética simples do salário da contribuição atualizado monetariamente correspondente a 100%”, e que no mesmo artigo 36, no parágrafo sétimo inciso segundo, fala que em relação aos demais servidores públicos o valor corresponde a 80% da média aritmética, então questiona como isso vai ser pago e o palestrante pede para que o Sr. Wesley responda, eis que ele vai apresentar os projetos na próxima palestra e ficou decidido que depois o Sr. Wesley responderia. A presidente da Mesa agradece a presença do convidado e convida o senhor Wesley para fazer a apresentação dos projetos, mais especificamente dos projetos substitutivos que foram apresentados, para fazer a comparação de como eles ficaram com a nova proposta. A Presidente da Mesa informa que a partir das 22:00 horas não terá mais o sinal de youtube e da TV Câmara que está transmitindo ao vivo a audiência pública. Nesse momento a presidente da mesa passa a palavra ao **10º Palestrante, Sr. Wesley Mendes de Oliveira – Consultor contratado pelo Município de Novo Hamburgo**. O palestrante saúda a todos e diz que, diferentemente da outra oportunidade que ele esteve virtualmente falando sobre os pontos dos projetos, já que benefício previdenciário é a área dele dentro da advocacia, ele vai tratar especificamente do plano de benefícios e diz que a reforma, basicamente, altera tal



plano de benefício. O palestrante segue dizendo que foram feitas algumas alterações no projeto, e que o papel dele foi analisar o projeto que tramita na câmara e que recentemente recebeu outro projeto que também já tramita na Câmara e que, para ser mais objetivo, irá falar mais nas alterações que esse novo projeto trouxe e que iniciará respondendo a pergunta do Vereador Luz. O palestrante explica que quando fala de reforma, precisa tecnicamente duas situações uma parte que é inovação onde se traz as regras permanentes e uma outra parte que são as regras de transição, sendo que as regras de transição são feitas para não serem tão onerosas como as novas regras. As melhores regras estão nas regras de transição, explica ainda que a regra atual de aposentadoria do Município é as que dão direito a integralidade, esclarecendo que essa é uma regra de transição de outras reformas estando presente no artigo 6º da Emenda 41 e no artigo 3º da Emenda 47. O palestrante diz que a pergunta do vereador é justamente uma das mudanças do novo projeto e explica que uma forma de cálculo se pega 100% da média retira 60% e acrescentaria 2% a cada ano de contribuição que superasse 20 e o questionamento do vereador foi por que em outro artigo que fala que não é 60%, mas sim 80% e o palestrante responde que a regra dos 60% mais 2% a cada ano que supera 20 anos de contribuição é para as regras permanentes e que a regra de 80% mais 2% do que supere 20 anos de tempo de contribuição está nas regras de transição. O palestrante prossegue dizendo que as regras permanentes, aquelas que ele já falou na outra reunião pública, traz a nova aposentadoria por tempo de contribuição, que tem as idades mínimas de 65 anos para homens, 62 anos para mulher e 25 anos de tempo de contribuição para todos, sendo essa a que tem a forma de cálculo da média com os 60% + 2%. O palestrante explica que essas são as regras permanentes que vão ser obrigatórias a todos os novos servidores admitidos a partir da reforma, salvo se esse novo servidor já vier de um outro cargo público, caso em que terá outra regra para ela. O palestrante informa que não tem mais a figura da aposentadoria por idade, que aposentadoria do professor com redução de 5 anos, tem a aposentadoria por incapacidade permanente com obrigação de fazer exames periódicos e inclusive agora, na questão da readaptação, sendo considerado o aproveitamento do servidor que pode ser até colocado em um outro cargo, sem que se caracterize transposição legal de cargos, uma vez que a Emenda 103 trouxe como regra. O palestrante explica ainda que, com exceção da aposentadoria por invalidez, deve-se aproveitar ao máximo o servidor, mesmo que em outro cargo, desde que mantida a remuneração equivalente e que aquele cargo tenha o mesmo nível de exigência profissional. O palestrante prossegue dizendo que além da aposentadoria por invalidez, tem a compulsória, que continua a mesma forma de cálculo, devendo ser utilizada a regra dos 60% quando atingir 75 anos de idade, então o servidor precisa sair do serviço público porque chegou a idade, considerando que, atualmente a idade já é 75 anos. Nesse ponto, a reforma não muda a idade, mas muda a forma de cálculo. O palestrante prossegue dizendo que tem a aposentadoria especial que leva em consideração os agentes nocivos e que Novo Hamburgo já tinha um pré regulamentado, mas agora vai entrar na lei. A outra aposentadoria especial é referente



ao servidor com deficiência e a pensão por morte, que tem uma nova forma de cálculo e a questão da vitaliciedade da pensão, a depender da idade, do tempo de casado, sendo que essas regras não foram alteradas no substitutivo apresentado. O palestrante explica que as mudanças no projeto substitutivo foram nas regras de transição, que são as regras que estão vigentes para os servidores públicos federais e para quem aprovou sua reforma. O palestrante prossegue explicando que essas regras são aquelas em que os atuais servidores poderão se aposentar, sem a exigência daquela idade mínima que se falou de 62 anos para mulher e 65 para o homem. As mudanças no substitutivos estão na regra de transição, que da regra da pontuação, pois o primeiro projeto tinha uma idade de mulher de 58 anos, homem de 63 anos, sendo que o substitutivo mudou para 56 anos a mulher e 61 anos o homem, sendo que a partir de primeiro de janeiro de 2026, da idade mínima muda aumentando um ano, passando para 57 anos as mulheres e 62 anos os homens. Nessa mesma regra tinha um tempo de contribuição de 32 anos, agora, no substitutivo passou a ser 30 anos no caso das mulheres e passou de 37 anos para 35 anos para os homens, sendo que o tempo de efetivo serviço público, que era de 25 passou para 20 anos. O tempo no cargo era 10 anos e passou para 5 anos. O palestrante continua esclarecendo que, além da redução na pontuação, na idade, no tempo de contribuição e no tempo no serviço público ainda tem que ter a pontuação, porque existe uma tabela progressiva que no projeto anterior previa 90 pontos para a mulher e 100 pontos se homem, com o novo projeto essa pontuação foi reduzida para 86 (mulher) e 96 (homem), sendo que essa pontuação é atingida pela soma da idade e do tempo de contribuição. A partir de primeiro de janeiro de 2023, estavam no projeto anterior essa pontuação, iria subindo um ponto a cada ano até atingir 104 pontos. Mulheres, 109 homens. No substitutivo passou de primeiro de janeiro de 2023 para primeiro de janeiro de 2025. Sendo acrescido, obviamente, de um ponto ainda, mas 100 pontos Mulher, 105 homem. Também tivemos a redução na pontuação, foi isso que observei nesse projeto substitutivo. E aí, obviamente, a para cada ano eu tenho a minha tabela. Lembrando que essa mesma regra tem a variação do professor. Nesse caso, a redução tanto na idade quanto no tempo de contribuição. É, a gente sempre tem que lembrar que toda regra seja permanente ou de transição nesta reforma. Nós temos a redução dos critérios do professor, então para a gente saber, na regra da pontuação, qual o professor é só o reduzir os 5 anos, tá? É, além dessa regra está. Nós temos uma outra regra de transição que a gente apelidou. O palestrante explica a regra do pedágio, dizendo que nessa regra da a forma de cálculo é 60% da média mais 2% a cada ano que superar 20 anos. Nesse momento o palestrante encerra sua fala. Vereador Felipe questiona por que não foi apresentado esse projeto antes, que se estava discutindo uma alíquota 5% para o funcionalismo e pergunta como se conseguiu reduzir fazer um projeto melhor. O vereador prossegue dizendo que discutiram muito na Câmara e questiona porque veio um projeto tão amargo e agora um mais social, considerando que, até aonde acompanhou, para cada alteração dessas foram feitas avaliações e viram os impactos que ocasionavam para ver se era viável ou não. O palestrante diz que já foram realizadas várias avaliações,



mas o principal que mudou, como sempre se disse, para amenizar a reforma de um lado precisa aumentar do outro pra conseguir equacionar e a grande diferença foi na alíquota especial da contribuição do município, porque no projeto original previa uma alíquota de 19% e como essas alterações ela passa pra 25%. Então, a mudança foi que o município está entrando uma parte maior para conseguir flexibilizar um pouco melhor as verbas. O vereador Luz questiona se dentro do contexto dos sessenta, dos oitenta, se tem a possibilidade de uma alteração para apresentar pra noventa por cento da alíquota e o palestrante responde que havendo estudo para ver o impacto e analisar a situação, lembrando que o que não se pode fazer é fugir da constituição. O Vereador Luz diz que a pergunta tem base em outro município da região metropolitana e o palestrante diz que aquele município tem uma realidade e fala novamente que qualquer mudança que forem fazer vai ter que ter um estudo para ver o impacto que essa mudança traz. Sem mais questionamento por parte dos vereadores, a Presidente da Mesa agradeceu a presença do Sr. Wesley. Nesse momento a Presidente da Mesa diz que estava encerrada a parte das falas dos convidados e estava abrindo espaço para o público se manifestar.

Primeira manifestação do público da plateia: Sra. Lígia Mara dos Santos Fleck faz o uso da palavra e pede para perguntar para o Sr. Mário, mas antes pede para fazer uma observação, dizendo que o Sr. Mário, na fala de hoje, assim como da outra vez falou da sustentabilidade e da outra vez falou em investimentos de aplicações e de imóveis, imóveis rentáveis que se pode alugar e que lembrou que teve uma situação no município anos atrás em que foi construído o centro administrativo com o dinheiro dos servidores, porque teve apropriação indébita. A oradora segue dizendo que tem o padrão, a rodoviária e várias outras coisas que poderiam passar para o Ipassem e esse poderia cobrar aluguel. A oradora refere outra situação, diz que está confusa, que foi na greve, que é aposentada, mas foi na greve e que estava lá com os colegas e recebeu um WhatsApp com o empenho para a empresa do Sr. Mário de um milhão e meio. Diz que, com esse valor teria 5 casas, mas que ficou tranquila, porque pensou que a prefeitura paga tudo isso para uma empresa e paga muito menos para a Michele. A oradora diz que só tem visão do olho direito e prosseguiu dizendo que ficou tranquila e que quando viu que a empresa tinha ganhado sem licitação pensou que a empresa era ótima, mas foi feito um cálculo que foi apresentado em na outra reunião, em 29 de novembro e que depois mandou um substitutivo rapidinho e muda tudo, mas que ainda está ruim. O oradora então diz que ela tem 64 anos e questiona se não vai mais pagar, se referindo aos 14%, dizendo que agora ela vai passar a descontar 14% sobre o salário mínimo, não mais sobre o teto e pergunta por quanto tempo ainda terá que pagar, questiona se vai pagar até morrer, porque está sem dormir e está na rede municipal desde o dia 3/07/1977. O convidado Mário responde que sobre os imóveis o que foi falado faz sentido, pois a legislação prevê aporte de ativos, inclusive imobiliários, o que tem que fazer é um estudo de viabilidade de cada ativo. Esclarece que se a Rodoviária for um ativo bom, é interessante, que ele seja vinculado ao



instituto com a ideia de pagar aluguel e cobrar aluguel de alguém, mas esclarece que é preciso fazer um estudo para não colocar porcarias no município, não basta só pegar o ativo e jogar para o IPASEM, mas tem que ter um estudo mostrando que aquele ativo pode gerar dinheiro, explicando que isso é que é a monetização. A Sra. Lígia comenta que não é só a prefeitura que é muito rentável, mas que um centro administrativo de 10 andares foi construído com o dinheiro dos servidores. O palestrante responde que se deve fazer um estudo demonstrando a viabilidade de a prefeitura transferir o centro administrativo para o IPASEM, mas tem que ver se realmente é rentável, precisa contratar alguém para fazer um estudo para demonstrar isso. A Sra. Lígia prossegue dizendo que é professora na rede municipal desde 77, que não tinha o centro administrativo, que tinham vários imóveis em Novo Hamburgo e que teve um prefeito que, por 8 anos que pegou o dinheiro dos servidores mais o valor da alíquota patronal e construiu tudo o que falou, então questiona se o Centro Administrativo não é rentável, considerando que é um prédio de 10 andares. O Sr. Mário responde que o contrato também envolve esse tipo de análise, essa é a segunda etapa que vão começar a fazer, vão verificar quais são os ativos imobiliários que a prefeitura tem, além daquele imposto de renda, quais são os ativos imobiliários que a prefeitura tem que podem ser colocados lá dentro do instituto. O Secretário da Fazenda, Sr. Gilberto dos Reis fala que o IPASEM pode, dependendo do seu deficit atuarial, fazer empréstimos consignados para inativo, e isso vai fazer com que o inativo não procure mais a rede bancária, dessa forma, fazendo um empréstimo essa rentabilidade, é a mesma que aluguel.

Outra manifestação do público da plateia, Sr. Odilon da Silva Santos: O Sr. Odilon da boa noite a todos e diz que estava na Prefeitura na época do Airton, diz que teve praça, saibreira e outros imóveis. Diz que foi até ameaçado de ser demitido por dizer que, na época, iam calotear o IPASEM. O Sr. Odilon segue dizendo que o IPASEM foi uma opção dos municípios, que não é uma coisa necessária, que foi o interesse dos municípios, porque era mais econômico para os municípios e que está analisando e vendo que só tem gasto para o instituto com contratação de auditoria, está tendo só gasto e querem tirar do bolso do servidor para fazer a reforma de todas as despesas. O Sr. Odilon diz que quem tem que pagar essa dívida quer tirar o corpo fora e diz que propõe que se acabe com IPASEM, que se passe o aposentado para folha de pagamento da prefeitura e os ativos vão para a previdência social da União acabando com a ganância, diz que cada mudança que vem é para pegar o dinheiro do bolso do servidor. O Sr. Odilon diz ainda que estão ficando mais velhinho, que tem que comprar medicamento e que o medicamento público não é bom, razão pela qual tem que comprar da farmácia particular e caro. O Sr. Odilon diz que tem um monte de gente só falando em gasto para o IPASEM e que vão querer cobrar caro de novo, então o melhor é extinguir. Pede para que seja feita uma votação pela extinção do IPASEM, porque estão sujeitos a ficar sem salário e a previdência social paga. O Sr. Odilon agradece e encerra a sua fala.



Outra manifestação do público da plateia, Sra. Taís Genehr da Silva. A Sra. Taís cumprimenta a todos e diz que quer começar questionando o Executivo sobre qual a forma de valorização do funcionário fazendo isso, diz que é funcionária pública e que presta serviço para o Município e que não vê valorização nenhuma, diz que o IPASEM é um dos principais motivos do funcionário estar em Novo Hamburgo, assistência não preciso nem falar, colocando uma previdência primeiro de 60% do salário, diz que pensam num futuro e questiona qual a valorização que o funcionário tem. A Sra. Taís segue dizendo que tem que ser colocado no plano não são só números, mas manter o professor, manter uma qualidade do serviço, porque isso influencia na qualidade, prossegue dizendo que teve falta de professor o ano inteiro na escola, professor entrando e professor saindo e que ninguém diz nada, diz que a prefeita não se posicionou e que uma das propostas dos servidores foi de auditoria e que não entende porque tem tanta resistência. A Sra. Taís questiona por quem é conferido e de que forma garante ao funcionário que os números estão corretos, pois não sabe nem verificar se o que é descontado do servidor é repassado. Prossegue dizendo que o Executivo não se posicionou, que a ACI teve momento de fala. A Sra. Taís segue dizendo que se querem empresas na cidade também tem que querer funcionário público, alegando que as escolas não funcionam sozinhas, os postos de saúde não funcionam sozinhos, precisa de funcionários, assim como precisa de empresas. Dia ainda que todos pagam impostos em Novo Hamburgo. A Sra. Taís questiona como o Executivo vai garantir que isso vai ser pago, considerando que tem parcelamentos, O Sr. Nicolás responde dizendo que as auditorias são anuais, mas que ele havia se referido a causa de 2018 que foi auditoria feita por um grupo exclusivo de atuários concursados do Tribunal de Contas, naquela ocasião foi revisado o calculo e apontadas algumas premissas que deveriam ser modificadas, foram revisadas de acordo com os critérios do Tribunal de Contas e se chegou a um valor até mais alto de deficit em torno de 2 ou 3 bilhões. O Sr. Nicolás diz que não há dúvidas quanto aos dados que a Athenas traz, porque a base de dados é consistente e são números que tem aumento progressivo, existe um acompanhamento ano a ano e não tem nenhuma mudança brusca. O Sr. Gilberto dos Reis afirma que as parcelas patronais a prefeitura vem pagando, desde julho parcialmente e agora com a entrada do IPTU a prefeitura está colocando a parcela patronal em dia, mas que parcelamento estão rigorosamente em dia.

Outra manifestação do público da plateia, Sra. Edineia Klein da Silva: A Sra. Edineia diz que é funcionária pública da prefeitura há 10 anos, que é professora de história, então pede desculpas por não de números, porque é das humanas, diz que está a noite inteira na audiência e muitas das falas que se apresentaram foram relacionadas e remeteu a que eles tivessem incapacidade intelectual de entender questões. Diz que, no seu concurso público foi a 13ª colocada, que errou apenas quatro questões de toda a prova, dessa forma acredita ter capacidade intelectual de compreender mesmo questões matemáticas, acho que consegue entender e que



consegue, por exemplo, entender quando começam a aparecer pessoas com números diferentes falando a mesma coisa e que começa a perceber que tem alguma coisa errada, quando se apresenta um projeto dizendo que a salvação do mundo é uma semana depois a salvação do mundo se transforma em outra coisa e tudo vira salvação do mundo, que consegue entender também quando alguns setores culpabilizam, jogam e demonizam o funcionário público como se ele fosse algoz e o causador dessa situação e que não é isto. Menciona a camiseta de uma colega com a frase: “a conta não é nossa”. Diz que a mãe dela, dona Nilda, que está em casa, ensinou que, se por acaso ela quebrar a xícara na hora de lavar a louça, não pode colocar a culpa no seu irmão, que aprendeu isso quando criança é que o executivo está quebrando as xícaras, permanecem quebrando xícaras e que querem colocar a culpa no servidor. A Sra. Edineia diz que a outra dúvida é quando se fala que estão preocupados com o funcionário público e com a previdência, ela fica com o coraçãozinho superemocionado que tanta gente preocupada com ela e questiona por que as pessoas estão querendo que ela trabalhe mais, arrancando mais dinheiro dela e estão dizendo que ainda estão pensando no bem do servidor. A Sra. Edneia questiona a presidente ou para todo mundo que queira responder e vem ao encontro do que a colega falou sobre a valorização do funcionário público que algum desses cálculos bonitos que foram apresentados se contradisseram em questões de números e de porcentagem, teve um cálculo pornográfico quando diz que oitenta por cento do dinheiro final dela e que os números não estão batendo. A Sra. Edineia questiona se foi feita alguma pesquisa sobre qualidade de vida dos servidores e segue questionando se o IPASEM trouxe, no censo, uma preocupação da saúde de trabalhar mais, se o servidor vai ter capacidade. Refere a professora que tem uma visão monocular e que está na ativa, assim como professora que perdeu uma perna e questiona quantos por cento podem trabalhar, porque agora tem que ser feita a avaliação da invalidez permanente. Diz que para ela isso é obscuro. A Sra. Edineia prossegue dizendo que a pergunta dela é onde estão as avaliações relacionadas aos dados e a preocupação humana, que não está falando de números, que está falando de qualidade de vida dos funcionários. A Presidente da Mesa, Dra. Fernanda Luft responde que em nenhum das falas foram nesse sentido, que ninguém fez qualquer menção de que a culpa era do servidor e que a fala do Sr. Sérgio ficou muito clara que a culpa foi das administrações até então. Nesse momento muitos gritos na plateia. A Dra. Fernanda pede calma e pergunta se eles querem ouvir a resposta, sendo que houve mais manifestações e gritos nessa hora. Novamente a Dra. Fernanda tenta responder, dizendo que o público precisa escutar para entender e que iria encerrar a audiência por não conseguir falar. Nesse momento as pessoas da plateia começam a gritar e a xingar. Em razão da total impossibilidade de se continuar com a audiência pública, a mesma foi encerrada às 22h50. Sendo estas as anotações resumidas da Audiência Pública, esta ata vai assinada por mim Sabrina Saueressig Wendling — Subprocuradora Geral do Município de Novo Hamburgo, e Juliana Almeida — Auditora Fiscal de Tributos Municipais, responsáveis pela lavratura da mesma, e, após, conferida e assinada pelos componentes da Mesa, para posterior publicização,

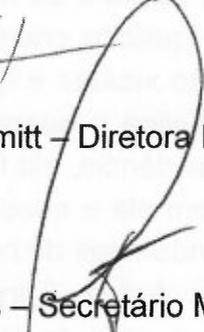


sendo que a presente Audiência Pública, na íntegra, pode ser acessada através do youtube, no link <https://youtu.be/9-DmHb5mxmo>.

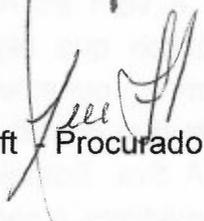
Sabrina Saueressig Wendling - Subprocuradora Geral do Município

Juliana Almeida – Auditora Fiscal de Tributos Municipais

Maria Cristina Schmitt – Diretora Presidente do IPASEM



Gliberto dos Reis – Secretário Municipal da Fazenda



Fernanda Vaz Luft - Procuradora Geral do Município